PROCESSO TC nº 06.272/22

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, ***Sra.* Caroline Ferreira Agra**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a ***Sra. Kátia Maria da Silva Barbosa***, matrícula nº 15.236-6, Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 39 anos e 11 dias de tempo de contribuição e idade de 74 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 094/2022] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

1ª Câmara

Processo TC nº **06.272/22**
Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): ***Kátia Maria da Silva Barbosa***
Órgão: **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa**
Gestor Responsável: **Caroline Ferreira Agra**
Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1727/2022

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 06.272/22,** referente aposentadoria voluntária com proventos integrais da ***Sra. Kátia Maria da Silva Barbosa***, matrícula nº 15.236-6, Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da ***1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 094/2022], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 25 de agosto de 2022.

Assinado 26 de Agosto de 2022 às 09:13

Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Assinado 26 de Agosto de 2022 às 08:55

Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 26 de Agosto de 2022 às 16:46

Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO